

Audidores se propõem a ajudar

São Paulo — A CPI que apura as denúncias de corrupção do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos não conseguirá apurar todas as irregularidades praticadas pela máfia do Orçamento se não contratar um operador de mercado para rastrear a trilha da lavagem de dinheiro. Auditores consultados ontem disseram que a CPI está no caminho correto, mas acham fundamental que os parlamentares sejam auxiliados por um corpo técnico, de dentro e de fora do Governo, para ajudá-los a decifrar a trilha das irregularidades.

Essa equipe permanente de técnicos deveria ser formada por funcionários do Banco Central, Receita Federal e Polícia Federal, que ajudariam a decifrar documentos e fazer o cruzamento de dados. Os auditores acreditam que, por maior boa vontade que tenham os membros da CPI, alguns documentos podem passar despercebidos, tanto pelo volume de informações quanto pelo fato de os parlamentares não serem especialistas no assunto. Outro ponto considerado fundamental é a contratação de uma em-

presa de auditoria privada para, por exemplo, analisar os balanços das empresas apresentadas pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

As empresas de auditoria consideram imprescindível a quebra do sigilo bancário e fiscal não só dos acusados mas também dos familiares de primeiro grau e de todas as suas empresas.

O cerco à máfia do Orçamento passa necessariamente pelo levantamento nos cartórios de registro de imóveis. Os auditores afirmam ser muito comum a compra e venda de imóveis sem registro na Receita Federal.

Sem especialistas em sistema de computação, os auditores consideram praticamente impossível desvendar as irregularidades praticadas na comissão do Orçamento. Mais que isso, consideram essencial abrir o banco de dados da Datamec, que processa os resultados das loterias. Eles suspeitam que as fraudes, que levaram o ex-presidente da Comissão, deputado João Alves (PPR-BA), a ganhar centenas de vezes na loteria são praticadas dentro da Datamec.